



**TRIBUNA DO PLANALTO**

ANO 38 - Nº 1.822 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 7 A 13 DE DEZEMBRO DE 2025  
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

## ESCOLA

**Alego amplia Fórum e redefine a participação social na educação**



Derrubada de veto do Governo abre espaço a novos segmentos no colegiado que vai influenciar a revisão das metas do Plano Estadual de Educação. **Página 12**

## INTENÇÃO DE VOTO

# Daniel Vilela lidera disputa ao governo de Goiás em 2026



Levantamento indica vantagem do emedebista no primeiro e no segundo turno; nova rodada do Goiás Pesquisas também mostra Gracinha Caiado à frente na corrida ao Senado. **Página 8**

## ENTREVISTA

**LUCAS KITÃO**

Vereador (UB)

# “Mabel é o Iris 2.0”

Vereador comenta a condução da gestão Sandro Mabel, que ele compara a uma versão atualizada do estilo administrativo de Iris Rezende, e defende modelos de terceirização que considera mais eficientes em áreas como educação e parques.

**Páginas 4 e 5**



## LOA

**Bancada goiana apresenta R\$ 5,5 bilhões em emendas ao Orçamento de 2026**



Parlamentares incluem o Anel Viário de Goiânia, a ponte de Itumbiara, a ferrovia Luziânia—Brasília e reforço à saúde, além das emendas individuais. **Página 9**

## ANÁPOLIS

**Polarização esvazia debate sobre políticas públicas**



Vereadores gastam tempo em discussões que não rendem frutos para o cidadão anapolino. **Página 10**

## TRIBUNA POLÍTICA

Cenário aberto

O potencial eleitoral de Ana Paula se sobrepõe às bases hoje associadas a Gracinha, Gustavo e Vanderlan.

**Página 3**

## ELEIÇÕES 2026

Segurança e mau uso de tecnologia

Segurança no processo eleitoral e ataques cibernéticos com IA são desafios apontados pela Abin.

**Página 6**

## HERIVELTO NUNES

Um estatuto que não deu certo

A modernização, a transparência e a SAF não aconteceram e o Goiás ganhou apenas a desacreditada Copa Verde.

**Página 11**

## EDITORIAL

## Blindagem ou caducidade?

A decisão monocrática do ministro Gilmar Mendes, ao restringir quem pode apresentar pedidos de impeachment contra integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), reacendeu um debate sensível sobre os limites institucionais no país.

A reação imediata e contundente do Senado, expressa pelo presidente Davi Alcolumbre e ecoada por parlamentares de diferentes espectros políticos, revela um desconforto acumulado com decisões judiciais percebidas como invasivas. Embora a crítica seja legítima, o momento exige serenidade.

É inegável que a separação de Poderes, fundamento da Constituição de 1988, depende não apenas de competências definidas, mas da disposição de cada instituição em reconhecer seus próprios limites. Ao interpretar que a Lei de 1950 não foi integralmente recepcionada pela Constituição, o ministro Gilmar levanta um debate jurídico relevante. No entanto, a forma — uma decisão individual com efeitos imediatos — pode ser vista como desalinhada com a necessidade de autocontenção do Poder Judiciário num cenário político já tensionado.

Por outro lado, a reação do Senado, marcada por discursos duros e propostas de mudanças legislativas imediatas, corre o risco de transformar um impasse institucional legítimo num embate político de maior escala. Reformas sobre crimes de responsabilidade, impeachment e decisões monocráticas devem ocorrer, mas com reflexão, diálogo e previsibilidade — não como resposta a um episódio isolado.

Ainda mais quando há parlamentares presos e foragidos no exterior, recebendo salários às custas de todos nós, caso de Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli e Alexandre Ramagem.

O país só tem a ganhar quando suas instituições reafirmam sua autonomia sem desafiar a estabilidade democrática. Ao Supremo cabe ponderar sobre o impacto das suas decisões no equilíbrio entre Poderes; ao Senado, cabe exercer suas prerrogativas com firmeza, mas sem ceder à tentação do confronto. No fim, a Constituição permanece o espaço comum onde essas tensões devem se resolver, sempre no interesse maior da República.

## ARTIGO

## O Poder da Comunicação Estratégica na Construção de Lideranças de Repercussão Nacional

Em um cenário político marcado pelo excesso de informação e pela disputa por atenção, comunicar não é apenas informar: é moldar percepções, consolidar autoridade e transformar visibilidade em capital político. A política contemporânea exige narrativas coerentes e planejadas, capazes de gerar impacto social e projetar relevância nacional. Nesse contexto, a assessoria de imprensa torna-se peça essencial, conectando liderança, mídia e sociedade.

A vereadora Aava Santiago (PSDB), de Goiânia, demonstra como estratégia comunicacional e liderança se fortalecem mutuamente. Sua atuação vai além do legislativo e ganha projeção nacional pela defesa de

pautas sociais, especialmente relacionadas a mulheres, crianças, famílias e direitos humanos. Essa relevância é resultado de planejamento meticuloso. Cada participação em programas como o Conversa com Bial decorre de articulação cuidadosa e preparação técnica, conduzidas por uma assessoria qualificada que converte oportunidades midiáticas em narrativa política consistente.

O trabalho de bastidor é determinante na construção da imagem pública. Envolve formulação de mensagens, escolha de pautas, treinamento para entrevistas, monitoramento de repercussões e aprimoramento da comunicação. No caso de Aava, essa atuação funciona como verdadeira engenharia

narrativa, garantindo que cada fala e posicionamento reflitam sua essência política e reforcem a percepção de competência, coerência e autoridade.

A presença da vereadora no Conversa com Bial mostra como estratégia transforma uma aparição em capital político real. A preparação incluiu alinhamento de temas, definição de eixos centrais e ajustes que asseguraram autenticidade e clareza. O resultado ultrapassou a audiência televisiva: gerou reconhecimento nacional, ampliou legitimidade e consolidou sua influência.

Essa experiência evidencia que comunicação estratégica é instrumento de poder simbólico. Cada entrevista ou menção

universidades, startups, indústria e setor público, o Colégio promove excelência e inovação por meio de debates, cursos, mentorias e eventos que fortalecem redes colaborativas e boas práticas de governança.

Em Goiás, o CBEXS inicia uma etapa importante para o avanço da gestão em saúde. O Estado reúne uma rede hospitalar robusta, universidades qualificadas e ecossistemas de inovação em expansão. A atuação do Colégio integra esses segmentos, estimulando práticas profissionais de gestão e criando sinergias entre os setores público, privado e acadêmico.

O CBEXS regional pode ampliar a capacitação de gestores, apoiar a governança e sustentabilidade das instituições, fomentar o uso racional de recursos e aproximar startups e centros de pesquisa das unidades assistenciais. Além disso, conecta Goiás às agendas nacionais do CBEXS, fortalecendo a troca de conhecimento e a formação de novas lideranças.

Nacionalmente, o CBEXS mantém programas de certifi-

cação, fóruns, grupos de estudo e plataformas de networking que ampliam a visão estratégica dos profissionais e produzem conhecimento aplicado à realidade brasileira. Essa estrutura será essencial para impulsionar a gestão no Estado, alinhando Goiás às tendências que moldam o futuro da saúde.

Mais do que uma entidade de classe, o CBEXS representa um movimento de transformação cultural baseado em ética, liderança e cooperação. Esses valores orientam minha trajetória e reforçam minha convicção de que fortalecer a gestão é o caminho para um sistema de saúde moderno, integrado e sustentável.



Renato Gomes do Espírito Santo  
Vice-presidente CBEXS Chapter Goiás



Barbara Carvalho, Jornalista



Fundado em 7 de julho de 1986  
Estado e impresso por Sistema Planalto  
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente  
Sebastião Barbosa da Silva  
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção  
Cleyton Ataídes Barbosa  
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores  
Andréia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques  
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges  
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br  
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial  
comercial@tribunadoplanalto.com.br  
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe  
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

# PODER



Andreia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

**Tribuna  
Política**

## Intransferível

O racha na família Bolsonaro expõe a disputa pelo controle da direita, especialmente em torno do controle da comunicação, da preservação do legado do ex-presidente e da influência sobre as decisões que vão moldar as eleições de 2026. O capital político de Jair Bolsonaro é altamente personalista e quase intransferível, segundo o cientista político Fábio Andrade. A prisão não redistribui esse capital para outros atores da direita; ao contrário, reforça que qualquer herdeiro político precisa de um endosso direto dele, algo que a família controla.

## Voto contra

Apenas o senador Wilder Moraes (PL) votou contra o parecer do senador Eduardo Braga, do MDB do Amazonas, que prevê um aumento de tributação gradual das fintechs e instituições de pagamento, que, pelo texto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, terão alíquota reajustada de 9% para 15% até 2028. As bets terão a alíquota de 12% para 18%, também até 2028.

## Conjecturas

Se Wilder Moraes vai se licenciar do Senado, isso não foi comunicado à sua suplente, Izaura Cardoso (PSD). Não houve nenhuma conversa nessa direção, afirma sua assessoria.

## Federação

Se havia ainda dúvidas, o próprio presidente do UB tratou de esclarecer. Antônio Rueda anunciou a solicitação de registro ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Federação União Progressista, unindo UB e PP, que foi feita no dia seguinte à postagem em sua rede social. Homologada, a federação passará a ter a maior bancada na Câmara Federal com 109 deputados, além de 15 senadores e 6 governadores para entrar na disputa eleitoral de 2026.

## Sigilo

O Itamaraty mudou as regras sobre o sigilo e passou a permitir sigilo permanente a documentos antes públicos sobre a atuação de outros países no Brasil. O dispositivo pode impedir consultas essenciais sobre atividades estrangeiras em território nacional que dizem respeito a comércio exterior, cooperação ambiental, segurança, investimentos e negociações estratégicas. A justificativa é evitar "constrangimento".

# O potencial eleitoral de Ana Paula

Divulgação



A empresária Ana Paula Rezende avaliou como boa a conversa que teve com o vice-governador Daniel Vilela (MDB) no início da semana. "Reafirmei ao Daniel minha intenção de disputar a segunda vaga do Senado pelo MDB. Disse que quero construir isso juntos, pelo MDB - que é o meu partido - e, acima de tudo, por Goiás e pelos goianos. Foi uma conversa franca".

As duas pesquisas feitas após Ana Paula manifestar interesse em disputar uma cadeira no Senado - Instituto Real Time Big Data e Goiás Pesquisas/Mais Goiás - não testaram seu nome. O cientista político Mário Neto avalia que Ana Paula entraria na disputa já impulsionada pelo capital simbólico construído por seu pai. "Em Goiás, a memória do "tocador de obras" permanece viva e afetiva; trata-se de um ativo político relevante, especialmente entre eleitores que valorizam gestores de perfil operacional e liderança

popular."

A hipótese preliminar de Neto é que o potencial eleitoral de Ana Paula se sobrepõe, em parte, às bases hoje associadas a Gracinha, Gustavo Mendanha e Vanderlan Cardoso — nomes mais bem posicionados nas pesquisas divulgadas até o momento. "De todo modo, a tendência é que Ana Paula apresente um desempenho competitivo já nos primeiros testes."

Cruzando o cenário atual com a pesquisa do Grupom sobre a predisposição do eleitor a participar das eleições e o grau de definição do voto, constata-se que a disputa não deve ser decidida pelos percentuais atuais das pesquisas. Segundo o cientista político Mário Neto, a definição se dará pela capacidade dos candidatos de dialogar com o grande contingente de indefinidos (50,5%) — especialmente mulheres, jovens e eleitores da região metropolitana e entorno de Brasília, que concentram o maior potencial de deslocamento.

*"Os dados mostram que o eleitorado goiano entra em 2026 sem definições consolidadas e com elevada liquidez eleitoral. Menos da metade escolheu um candidato, enquanto a maioria permanece em observação, avaliando opções e adiando a decisão."*



Divulgação

## Nova busca

A 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal determinou novas diligências para localizar o ex-vereador e ex-controlador-geral Gustavo Cruvinel, réu na ação de improbidade que envolve o ex-prefeito Rogério Cruz. A coluna já havia mostrado, em 10 de outubro, que Cruvinel é servidor da AMMA.

## Sistemas acionados

Em decisão assinada pela juíza Simone Monteiro, o Judiciário autorizou a pesquisa de possíveis endereços do réu nos sistemas Infojud, Renajud, Sisbajud, Siel e demais bases disponíveis ao Juízo, após tentativas anteriores de localização frustradas.

## Titular na CCJ

O vereador Lucas Kitão (União Brasil) retornou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na sessão desta semana. O vereador pediu licença do posto para participar do Smart City Expo World Congress, em Barcelona (ESP), com o prefeito Sandro Mabel (União Brasil). A vaga foi emprestada ao MDB, partido aliado.

## Formação médica

O deputado Dr. Zacharias Calil tem posição firmemente favorável à criação de um exame nacional de proficiência médica. Como relator do PL nº 650/2007 na Câmara dos Deputados, ele entende que a medida é essencial para elevar o padrão de formação no país, garantir maior segurança aos pacientes e estabelecer critérios objetivos para o ingresso na prática profissional. "O Brasil vive um cenário de forte expansão de escolas médicas, muitas delas sem infraestrutura adequada. Países com sistemas de alta qualidade já adotam exames semelhantes há décadas, com resultados comprovados na redução de erros e na melhoria da assistência."

## OAB da Medicina

O deputado também considera positiva a aprovação, esta semana, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, do PL nº 2.294/2024, relatado pelo senador Dr. Hiran, que trata do mesmo tema sob outra perspectiva. Embora os textos tenham diferenças, há convergência quanto ao objetivo central: assegurar que médicos recém-formados estejam devidamente preparados para exercer a Medicina. Para o deputado, a aprovação das propostas nas duas Casas reforça a urgência do tema e sinaliza maturidade institucional na busca por um modelo responsável de formação, avaliação e habilitação profissional.

**1** **Conselheiro**

Joaquim de Castro, do TCMGO, foi reconduzido à vice-presidência da Atricon.

**2** **Edilson**

Silva (TCE-RO) foi reeleito para a presidência da entidade, para o biênio 2026-2027.

**3** **O TCMGO**

recebeu o Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública

## LUCAS KITÃO

## “Mabel é o Iris 2.0”

Fotos: Divulgação



Andréia Bahia

**N**esta entrevista, o vereador Lucas Kitão (UB) fala abertamente sobre os rumos da política em Goiânia e no Estado, detalhando sua relação com o União Brasil, sua lealdade ao governador Ronaldo Caiado e as possibilidades para 2026. Kitão comenta ainda a condução da gestão Sandro Mabel, que ele compara a uma versão atualizada do estilo administrativo de Iris Rezende, e defende modelos de terceirização que considera mais eficientes em áreas como educação e parques. O vereador discute o desafio de recuperar o IMAS, a rigidez fiscal adotada pela prefeitura e a necessidade de diálogo com a Câmara para viabilizar projetos estruturantes. Também explica por que recusou ser secretário de Gestão para permanecer no Legislativo e liderar mudanças legais que considera essenciais para modernizar a administração municipal.

## TRIBUNA DO PLANALTO

**Em 2022, você deixou o PSD em meio à disputa para ser candidato a prefeito pela legenda e se filiou ao União Brasil. Ano que vem tem planos de deixar o União Brasil para disputar a eleição para deputado?**

## LUCAS KITÃO

Na verdade, estou muito bem no União, fui muito bem acolhido, o governador abriu todas as portas para mim. Você lembrou bem que eu estava numa situação muito sensível na época, estava acabando o prazo das filiações e, no PSD, não tinha clima, não tinha chapa, não tinha espaço, até porque eu tinha pedido uma prévia interna para discutir Goiânia, infelizmente o dirigente do partido não dá espaço para outros grupos. Novamente agora com o Gustavo Mendanha. Naquele momento, o União foi muito solidário comigo, o governador já havia escolhido (Sandro) Mabel, e eu não poderia tentar trabalhar minha pré-candidatura, mas o partido me acolheu, tinha um projeto muito bom e eu tinha legenda para disputar para vereador. Por gratidão, inclusive, não tenho previsão de saída do UB. O que eu tenho é lealdade ao governador e vou acompanhá-lo; se ele continuar no UB, eu continuarei para apoiá-lo em seu projeto presidencial.

**Mas e a sua candidatura a deputado? Qual o cálculo que você faz ali para conseguir uma cadeira na Alego?**

Sendo bem sincero, isso é secundário. A prioridade é o projeto do governador para presidente e do Daniel Vilela para governador. Alinhado a isso, vamos ver as chapas, porque se for pensar de forma pragmática,

são coisas que estão ligadas diretamente. Primeiro, a permanência do governador no UB é um detalhe que afeta as chapas. Acho que é muito cedo para falar que eu não sou viável no UB. Eu prefiro esperar a definição dele, esperar o Daniel na formação da base que vai sustentar a candidatura dele à reeleição e também a questão da federação do UB com PP. Se ela não for mesmo formalizada, é um cenário; se for, é outro. Essa discussão é mais para o futuro mesmo.

**Sobre a possibilidade de Caiado sair do União Brasil. Com quais cenários você trabalha para 2026 com relação à eleição para presidente?**

A única certeza que nós temos é que o Caiado é candidato de todas as formas, sendo pelo União ou não. Mas, politicamente falando, acho que o UB perde muito, porque a candidatura do Caiado soma muito, é uma candidatura real, é um tema que é muito necessário para o Brasil, que é a segurança pública. Um partido grande precisa de boas candidaturas. O UB diminui quando fala em composição e não em candidatura própria, principalmente quando tem um nome muito competitivo e muito coerente como é o do Caiado, dentro dessa direita moderada. Caiado é candidato, e eu torço para que seja do UB, justamente por ter um tempo de televisão maior, capilaridade em todo o Brasil, mas isso depende dos mandachuvas do partido.

**A alternativa do Caiado é o Solidariedade. Você o seguiria para um novo partido?**

Ele recebeu o convite do Solidariedade e do Podemos, e tem outras siglas o buscando. Eu o seguiria em um projeto, a ues-

**“ A única certeza que temos é que o Caiado é candidato a Presidência da República de todas as formas, sendo pelo União Brasil ou não. O UB diminui quando fala em composição. ”**

tão partidária seria uma discussão em outro momento. Vamos aguardar que ele defina o futuro dele e o resto vai ser natural.

**Você foi considerado um dos vereadores da base insatisfeitos com o Paço. Como está sua relação com o Paço hoje? Por que deixou o bloco Brilha Goiânia na Câmara?**

Tenho trabalhado muito para explicar isso para o pessoal. Eu não sei de onde tiraram essa questão de estar chateado, porque a única situação que eu não quis nenhuma mudança foi em relação à CEI, porque acho que esse contrato (com a LimpaGyn) precisa mesmo ser avaliado e o serviço precisa melhorar. Foi o único ponto que falei e não quis tirar minha assinatura por ser a favor de melho-

rias no serviço, inclusive otimizando o contrato. Mas não tive divergência, nunca fui à tribuna questionar ações ou criticar secretários. Pelo contrário, desde a reforma administrativa e a transição, estamos fazendo tudo que a nova gestão precisa para se dar bem. Mas isso não quer dizer que eu não possa questionar alguns contratos que inclusive foram celebrados na gestão passada. E eu disse isso ao prefeito: eu acompanhei isso, foi uma dispensa de licitação, foi um contrato assinado às pressas. Eu acho que a gente precisa melhorar ele e melhorar o serviço. O único ponto de discussão foi esse. No geral, está tudo certo, e ser da base não quer dizer que a gente não possa questionar algumas coisas. Eu tenho uma relação muito próxima e tranquila com o prefeito e esse momento é de reconstrução, tem que ter paciência. Eu tenho falado muito isso para os colegas, porque às vezes o pessoal generaliza, a Câmara estava acostumada com um jeito de gerir muito diferente do Mabel, e esse é um período de adaptação.

**Você foi vereador em três gestões diferentes, Iris Rezende, Rogério Cruz e agora Sandro Mabel. Na sua avaliação, qual dá melhor resultado para os vereadores e para a cidade?**

São métodos muito diferentes. Iris era muito assertivo nas ações, falava pouco e tinha um controle muito grande dos gas-

tos. Isso fez bem para a cidade, porque ele sucedeu Paulo Garcia, que tinha feito uma bagunça administrativa, apesar de ter deixado um legado bacana na mobilidade, com as cicloviarias. Mas Iris foi necessário naquele momento e o estilo dele fez bem para a prefeitura na questão administrativa, apesar de a gente discordar também de algumas coisas, o jeito dele mais analógico, ele incentivou muito o viaduto, mas a gestão dele era muito boa, muito assertiva. A diferença dele com o Rogério é essa, o Rogério foi um descontrole total. Politicamente, alguns colegas da Câmara cresceram nesse descontrole do Rogério, em questão de poder. E essa é a impressão que eu tenho. Já o Mabel, é uma gestão muito parecida com a do Iris, só que no tempo novo, em uma situação mais digital. Mabel é muito rígido com gastos, como Iris era, só que ele é mais moderno, já está muito mais ligado, por exemplo, em tecnologias de gestão, em sistemas de monitoramento; ele está modificando o sistema de gestão do Paço, de licenciamento, investindo em supercomputadores. Eu resumiria que a gestão do Iris e a do Mabel são parecidas, e o Mabel é um gestor como Iris 2.0, mais atualizado. E a gestão do Rogério foi um show de horrores. Fazendo um paralelo com a Câmara, talvez alguns colegas ainda prefeririam a gestão do Rogério por crescerem politicamente e ter mais poder, mas nem sempre isso é bom para a cidade.

# PODER

**Uma marca da gestão do Mabel é a terceirização. A gestão do lixo é feita por um consórcio, tem organização social na saúde, há um fortalecimento nos convênios na educação e projetos para repassar o IMAS para uma empresa gestora, além de cemitérios e parques. Qual o limite desse modelo de gestão?**

Vamos por partes, porque a gente viu Mabel buscando parcerias em várias áreas. Na educação foi uma solução muito inteligente, porque conseguiu abrir quase 9 mil vagas sem construir um único colégio e numa rapidez muito grande. Isso a gente precisa ressaltar positivamente. Mabel conseguiu vagas em vários bairros e em alguns ele teria que ter 10, 15 vagas. Não faz sentido construir uma escola que demoraria dois, três anos. Via parceria com as entidades, ele conseguiu viabilizar essas vagas em uma escola com qualidade de ensino e atendimento, estrutura, e está pagando um preço que a prefeitura consegue pagar. Foi muito inteligente e um ponto positivo. Já no lixo chega a ser contraditório, mas ele está lutando para reconstruir o nosso aterro e não precisar terceirizar os resíduos, justamente por questão econômica. Nem tudo ele escolhe a terceirização como saída. Já nos parques e praças, eu tenho participado ativamente desse processo desde o início da gestão, quando estava na secretaria, por questão de melhora do serviço e economia. Porque se passar a gestão de um parque e de uma praça para uma empresa, a prefeitura passa de prestador para fiscalizador, economiza milhões e melhora o serviço. Não estamos falando de cobrar acesso ou fechar os parques; pelo contrário. A empresa que assumir vai ter a obrigação de cuidar do parque, e além de a prefeitura economizar, vai ser mais rápido trocar a lâmpada, a empresa não precisa licitar para comprar um novo maquinário; vai melhorar e a prefeitura vai economizar. "Ah, mas qual que é o milagre?" O milagre é que a empresa vai poder explorar a publicidade nesses locais, como se vê no Ibirapuera e em outros lugares. É uma saída muito boa e ele opta por esse modelo quando é vantajoso. Eu faço questão de participar, de entender e quando for bom defender, como eu estou fazendo aqui. Eu defendo o modelo da educação porque foi bom, barato, resolutivo, rápido, inteligente; o modelo dos parques, da mesma forma. Em relação ao resíduo já há essa dúvida. O prefeito está preferindo ainda apostar no que é nosso. E de uma forma geral, faz sentido a prefeitura ficar cuidando de cemité-

rio? Não é melhor focar as energias na educação, na saúde, na mobilidade, na iluminação, na coleta, do que nessas coisas? Os mercados municipais estão esquecidos, muitos precisam de reformas. Agora na época das chuvas, todos têm problema de infiltração e justamente porque a prefeitura não tem essa agilidade na gestão para investir, modernizar, fazer propaganda, trazer novos comerciantes, eventos com frequência. É mais inteligente passar a gestão para iniciativa privada, para o terceiro setor, para a comunidade, para as associações, porque eles fazem com mais rapidez e fazem com mais qualidade, pagando menos.

**O IMAS é uma grande preocupação da gestão e, quando Mabel fala em acabar, acho que ele quis dizer que vai passar essas vidas seguradas para o Ipagso ou para outro plano.**

**E a solução que Mabel vem buscando para o IMAS? Ele falou, inclusive, que se por acaso não resolver, ele vai acabar com o IMAS.**

O IMAS é uma grande preocupação da gestão. E quando Mabel fala em acabar, acho que ele quis dizer que vai fazer uma parceria, por exemplo, e passar essas vidas seguradas para o Ipagso, para outro plano; não é simplesmente acabar. O que eu ressaltar nem é essa fala dele, mas o que tem por trás disso: "se o nosso plano de recuperação não deu certo, a gente vai procurar outra saída". Antes de tomar essa decisão, ele vai tentar recuperar o plano. E isso passa por fazer um novo regimento, fazer atualização das tarifas, porque o IMAS, além de ter sido mal gerido nas últimas gestões, ele ainda é desatualizado na questão financeira. Nenhum outro plano de saúde tem uma tarifa como a do IMAS. Um servidor tem alguns familiares no plano e pagam um valor simbólico, praticamente. Um médico, brincando comigo, falou que se esse agregado fizer um hemograma por mês, ele já deu 200% de prejuízo para o plano. A conta não fecha. Além



da má gestão, ainda tem que atualizar esses valores para o plano ser superavitário. É o que a prefeitura vai tentar fazer nesses próximos meses. E caso não seja possível, aí sim pensar na transição para outro plano.

**Em relação ao regime emergencial, há uma proposta na Assembleia para encerrar a medida de forma antecipada. É necessária a manutenção do regime emergencial, mesmo com os resultados que a prefeitura vem obtendo?**

O prefeito avalia prorrogar a calamidade para saúde, que realmente é o problema mais sério da cidade. Indiscutivelmente, todos sabemos que ele foi muito feliz e está colhendo os frutos do aperto financeiro bem rígido que fez para ter um resultado positivo esse ano, inclusive histórico. Ele conseguiu um superávit que a cidade nunca tinha obtido nos dois primeiros quadrimestres, mais de R\$700 milhões. Eu acredito que ele consegue, nesse primeiro ano, economizar um R\$1 bilhão para sanar as dívidas e ter uma perspectiva de investimento no ano que vem. No que tange à saúde, na última prestação de contas, acredito que ele vá trazer-se for mesmo a intenção da gestão de prorrogar a calamidade na saúde - esses números para todos. Se vai pedir para prorrogar, tem que se avaliar os números, mas de uma forma geral, eu vejo com muito bons olhos esse jeito de gerir mais preocupado. Tem gente que reclama que está muito rígido, mas eu acho que o momento é necessário para colher os frutos nos próximos anos. Porque não adianta viver só para pagar a folha. Se pegarmos 52% - sem contar com a Comurg, com a Comurg vamos para quase 60% - do orçamento só para a folha. Mais 25% de educação, 15% da saúde, mais o crescimento vegetativo, despesa fixa e custeio vai para quase 80% do orçamento comprometido com pagamento de folha, despesa básica e investimento vinculante. É uma margem muito pequena para fazer grandes investimentos, grandes obras na cidade, a não ser que se faça isso que ele está fazendo, que é um aperto, uma gestão rígida, econômica-

mente falando, para ter condição de investir, para melhorar a nossa nota na Capag, para tirar um crédito justo, para ter acesso a financiamentos públicos. É o que ele tem feito.

**Mabel passou a fazer reuniões com os vereadores na Câmara, individuais e em grupo. Essa nova dinâmica vem tendo resultado para melhorar a relação com a base e a Câmara?**

Melhora muito. Inclusive, ninguém pode reclamar que ele não é acessível, porque além disso, ele atende telefone, é solícito. O pessoal está entendendo que é diferente. Mas em questão de ser acessível, ninguém pode reclamar disso. E agora menos ainda. Toda segunda-feira a gente pode marcar reunião com ele, levar casos para ele. Nem tudo é possível ser feito agora, mas atender, colocar para andar os projetos, dar satisfação, isso faz muito bem. Tem melhorado.

**A manutenção do valor das emendas impositivas na LOA de 2026 reduz o atrito do Mabel com os vereadores ou há outras situações que dificultam essa relação?**

Já é um ponto, para pacificar, muito importante. Eu digo para a Casa como um todo, independente da base ou da oposição. Esse diálogo constante é outra forma de estabilizar a relação. Quanto a essas discussões pontuais de orçamento, remanejamento, isso é inerente aos poderes. Desde que eu estou na Câmara, todo semestre se discute isso: o remanejamento é necessário ser maior, ser menor? Eu vejo que a Câmara é sensível. Sempre que é necessário, que isso fique bem claro, a gente cede e ajuda a gestão. O remanejamento do Mabel esse ano foi 50%, e nem tem esse tanto de recurso para ser remanejado. Se ficar bem claro isso, com certeza a Casa vai ter essa sensibilidade. O que eu sempre faço questão, até falei recentemente com a secretária do Meio Ambiente, é de ter esse diálogo, abrir os dados, mostrar os estudos, a motivação de cada ato. Nós vamos receber o Código Ambiental, que até hoje nossa cidade não tem e essa gestão vai

tirar do papel. Eu falei para a secretária; vamos lá na Câmara, chama todo mundo para tomar um café da manhã e mostra tudo que foi feito, a motivação de cada mudança. Esses projetos mais impactantes precisam disso, até para ficar claro para os vereadores a intenção da gestão. Quando tem esse diálogo, as coisas fluem e é o caminho que eles vão tomar agora.

**Por que você aceitou o convite para ser titular da Secretaria de Gestão e depois preferiu voltar para a Câmara? A pasta não era atrativa?**

Na verdade é uma grande pasta, inclusive é onde eu mais trabalho do ponto de vista legislativo, que são as concessões. O projeto do Name Rights é meu, um pouco dessas ideias de gestão compartilhada é minha. É uma área que eu tenho um cuidado maior e, por esse motivo, resolvi ficar na Câmara. Primeiro, porque estávamos formando a base e era importante ter mais gente nossa na Câmara, e deu resultado. Conseguimos aprovar tudo que era de interesse da prefeitura e era mais urgente. Segundo, porque esse tema demanda muita mudança legislativa. Vou te dar o exemplo da Lei de Concessões, que vamos ter que atualizar. É uma das três principais leis para aquela secretaria decolar, e é uma responsabilidade minha na Câmara a atualização da Lei de Concessões, que é antiga. A atualização do programa Adote uma Praça, que é esse que está chegando agora, e a atualização do Amigo Verde, que é o programa dos parques. São esses três pilares que vão fazer aquela secretaria decolar e fazer sentido, porque ela é de Gestão e Parcerias. Para as parcerias serem incluídas na a nova Lei de Concessões. Parques e praças são uma demanda emergencial do prefeito - ele sempre cobra isso e nessa missão em Barcelona, ele viu tanto que dá certo. As empresas, o terceiro setor, as entidades ajudam na gestão da cidade. Isso é comum no mundo todo. O Central Park, por exemplo, é outro exemplo muito bem sucedido disso. Até os bancos têm o nome das famílias. Todo mundo ajuda, todo mundo investe, todo mundo cuida. É o que queremos trazer para cá e, para isso, precisamos mudar a nossa legislação, atualizar a essa nova realidade. Essa é a minha missão aqui e tenho compromisso com o prefeito quando ele precisar, se for preciso retornar. Mas naquele momento e até então, eu sou mais útil na Câmara para a gestão e para a cidade.

[Leia mais no site](#)

[www.tribunadoplanalto.com.br](http://www.tribunadoplanalto.com.br)

## ELEIÇÕES 2026

# Segurança e mau uso de tecnologia são grandes desafios

Antonio Cruz/Agência Brasil

Abin divulga documento antecipando ameaças, especialmente com IA; velocidade de disseminação preocupa advogado eleitoralista



**Abin: segurança nas eleições e ataques com IA são desafios para 2026**

Carla Borges

A segurança no processo eleitoral e ataques cibernéticos com inteligência artificial (IA) estão entre os principais desafios apontados pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em publicação divulgada na terça-feira (2), no intuito de antecipar as ameaças contra a segurança do Estado e da sociedade. Em 2026, os brasileiros vão às urnas para eleições gerais de Presidente da República, governadores, senadores e deputados (federais, estaduais e distritais).

De acordo com a Abin, a publicação "Desafios de Inteligência Edição 2026" ajudará a cumprir, de forma transparente, seu papel institucional de assessorar a presidência da República na tomada de decisões — inclusive para formular políticas —, bem como para sal-

vaguardar conhecimentos considerados sensíveis para o Estado brasileiro.

O advogado Dyogo Crosara, especialista em Direito Eleitoral, pontua que, a cada eleição, surgem novos desafios. "Esta eleição, com certeza, tem duas preocupações. Uma na segurança, que até hoje a Justiça Eleitoral nunca teve nenhum problema com a segurança das urnas eletrônicas, nem da totalização. E isso está sendo motivo de atualizações, alertas", afirmou o advogado à Tribuna. Para ele, a Justiça Eleitoral deve manter o mesmo padrão de segurança. "Nós teremos, sim, uma eleição legítima e segura", prevê.

A questão principal, diz Crosara, é o uso da tecnologia para a desinformação, o que ele classifica como "algo preocupante". "Isso nós já tivemos muito nas eleições de 2020 e nas eleições de 2024. E também, especialmente na de 2022, que



**Dyogo Crosara:**  
**"Acreditar menos naquilo que está nas redes sociais vai ser muito importante para poder evitar a desinformação"**

foi a última eleição geral", lembra. Para 2026, a expectativa dele é de que a Justiça Eleitoral seja mais ágil no combate à

desinformações.

Para isso, Crosara conta que algumas resoluções (do Tribunal Superior Eleitoral) estão sendo alteradas para permitir que notícias falsas sejam retiradas com maior brevidade. "Ainda assim, na minha visão, não haverá, por parte do Judiciário, a capacidade de retirar notícias falsas na mesma velocidade com que elas são criadas e espalhadas por compartilhamentos". Assim, ele acredita que é preciso que o próprio eleitor busque entender o que é falso e o que é verdadeiro.

"Buscar fontes confiáveis de informação, empresas de comunicação confiáveis e acreditar menos naquilo que está nas redes sociais vai ser muito importante para poder evitar a desinformação no processo eleitoral", orienta Crosara.

## ELEIÇÕES GERAIS

Na avaliação da Abin, há

ameaças "complexas e multifacetadas", no que se refere ao processo eleitoral de 2026. Essas ameaças têm, como "vetor principal", tentativas de deslegitimação das instituições democráticas, como as que culminaram na invasão às sedes dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, em um cenário de manipulação de massas e disseminação de desinformação em larga escala.

"Adicionalmente, a integridade do pleito é desafiada pela crescente influência do crime organizado em territórios sob sua influência e pelo risco de interferência externa voltada a desestabilizar o processo eleitoral e favorecer interesses geopolíticos estrangeiros", diz o documento.

## ERA DIGITAL

O documento propõe, sob a ótica da atividade de inteligência, que o Estado fique atento também às transições nos domínios do clima, da demografia e da tecnologia, em um contexto marcado pela alta densidade das interações e das interdependências — em especial da energia, da informação e dos transportes.

Sugere, ainda, foco nos "impactos sem precedentes" da era digital. Com relação às questões tecnológicas, o relatório aponta como "desafio nevrálgico" do país a garantia de uma soberania digital.

## TRABALHO ESCRAVO

### Justiça do Trabalho determina inclusão da JBS na lista suja do Ministério do Trabalho

A Justiça do Trabalho determinou na terça-feira (2) que o governo federal inclua a JBS Aves e outras duas empresas no cadastro de empregadores responsabilizados por trabalho análogo ao de escravo, a chamada "lista suja". A presença da gigante do mercado de carnes na relação foi suspensa por decisão do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, contrariando a orientação da área técnica. Cabe recurso da decisão.

A decisão é da juíza Katarina Roberta Mousinho de Matos, da 11ª Vara do Trabalho de Brasília, e atendeu a pedido

do Ministério Público do Trabalho. A determinação foi no sentido de que a União reinsira a JBS Aves, a Santa Colomba Agropecuária S.A. e a Associação Comunitária de Produção e Comercialização do Sisal (Apaeb) em até cinco dias, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil. A Apaeb já estava na lista, e seria retirada pela decisão de Marinho.

Também foram expedidos ofícios ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria-Geral da União para apuração de eventuais responsabilidades,

como improbidade administrativa, crime de desobediência e desvio de finalidade no exercício do poder de avocação por parte do ministro.

O Ministério do Trabalho não se pronunciou sobre a decisão, assim como as empresas afetadas, até a publicação deste texto.

A ordem judicial ocorreu após Marinho ter avocado (chamado para a sua competência) processos administrativos já concluídos pela fiscalização, impedindo a publicação dos nomes das empresas no cadastro. O movimento foi classifica-



**Justiça do Trabalho determina inclusão na JBS Aves na lista suja do Ministério do Trabalho**

do pela magistrada como "desvio de finalidade" e "regime de exceção para grandes empresas".

Em outubro, o juiz José Renato Stangler, titular da Vara do Trabalho de Soledade (RS),

determinou que o frigorífico JBS tome medidas para cessar condições análogas à escravidão de trabalhadores terceirizados na atividade de apanha de aves (movimentação de aves vivas).

# PODER

## TRIBUTO

# Deputados aprovam projeto que aumenta imposto sobre combustíveis

Oposição critica aumento e alerta para impacto no custo de vida; governo defende alinhamento nacional e obrigação legal

Arthur Oliveira\*

A Assembleia Legislativa de Goiás aprovou, em definitivo, na quinta-feira (4), a proposta da Governadoria que altera o Código Tributário do Estado (CTE) e atualiza a incidência do imposto sobre combustíveis. Com o aumento, o Estado fixa os novos valores do ICMS: R\$ 1,17 por litro para diesel e biodiesel; R\$ 1,47 por quilo para gás liquefeito de petróleo (GLP), incluindo o derivado de gás

natural; e R\$ 1,57 por litro para gasolina e etanol anidro.

A votação, realizada em sessão ordinária e duas extraordinárias, além da comissão mista, foi marcada por debates entre parlamentares da base governista e da oposição. O texto, que tramitou sob o nº 30511/25, recebeu dupla e definitiva aprovação. O aumento no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), agora segue para sanção do Governador do Estado, Ronaldo Caiado.

Durante a tramitação, cinco deputados de oposição, Clécio Alves (Republicanos), Bia de Lima e Mauro Rubem (PT), Delegado Eduardo Prado e Major Araújo (PL), ocuparam diversas vezes a tribuna para criticar a medida. No segundo turno, todos votaram contra, acompanhados por Gustavo Sebba e José Machado (PSDB) e Paulo Cezar Martins (PL).

Apesar disso, o projeto foi aprovado com 16 votos favoráveis.

Na justificativa apresentada ao Legislativo, a Secretaria de Economia afirmou que o reajuste segue a "necessidade de atualização anual" das alíquotas "ad rem", que são definidas por valor fixo da unidade, para acompanhar a variação dos preços médios dos combustíveis divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A Procuradoria-Geral do Estado reforçou que a medida se fundamenta em convênios do Confaz, requisito previsto na Constituição Federal.

O líder do governo na casa, deputado Talles Barreto (UB), destacou que Goiás está apenas "convalidando uma determinação do Confaz", algo que todos os estados serão obrigados a fazer. A oposição, porém, discordou. Mauro Rubem argumentou que a adesão não é automática e que o Estado teria autonomia para rejeitar o reajuste. O Delegado Eduardo Prado afirmou que Goiás pode-



Hellen Reis

**Durante a análise da proposta, 16 deputados votaram a favor e 8 foram contrários ao projeto**

ria ter se manifestado contra a medida na reunião do Confaz.

Os parlamentares da oposição também defenderam que o aumento terá impacto direto no orçamento das famílias, especialmente das mais vulneráveis. Rubem afirmou que não se trata de simples atualização: "Há aumento real, significativo, com peso na vida do povo." O deputado ainda argumentou que o pro-

jeto desconsidera o princípio da seletividade tributária, que prevê alíquotas menores para produtos essenciais.

Clécio Alves questionou o impacto no cotidiano dos trabalhadores: "Como o motorista de aplicativo vai receber isso? E os entregadores? E os caminhoneiros, que transportam as riquezas do país?", indagou. Major Araújo classificou o aumento no gás de cozinha como "covardia", enquanto Bia de Lima reforçou o efeito cascata sobre bens essenciais: "Aumenta tudo: transporte, mercadorias, alimentos, o gás de cozinha."

Com a aprovação, os novos valores passam a valer conforme regulamentação do Executivo. O governo sustenta que a medida é necessária para manter o equilíbrio fiscal e padronizar a cobrança em relação aos demais estados. A oposição promete seguir acompanhando os efeitos econômicos e sociais da atualização.

\*Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia

Mais transparência,  
mais eficiência  
e mais resultados.







OPERAÇÃO RANDANDAN

para tirar de circulação veículos com escapamento adulterado.

# O DETRAN GOIÁS

# VIROU A CHAVE



FISCALIZAÇÃO NA VILA CANAÃ

para combater o comércio ilegal de autopeças.



COMBATE À CORRUPÇÃO

investigando, punindo e suspendendo atividades suspeitas de fraude.



CRIAÇÃO DA MINICIDADE

para ensinar educação de trânsito às crianças.

Nos últimos anos, o Detran-GO passou por uma grande transformação, corrigindo o que estava errado e incorporando novas ações, que viraram grandes conquistas.

TUDO PARA CONTINUAR NO CAMINHO CERTO: MELHORANDO O TRÂNSITO E A VIDA DOS GOIANOS.


## ELEIÇÕES 2026

## Daniel Vilela lidera disputa ao governo de Goiás em 2026, aponta Goiás Pesquisas

Divulgação



**O vice-governador Daniel Vilela (MDB) aparece na liderança para o governo de Goiás nas eleições de 2026**

Levantamento indica vantagem do emedebista no primeiro e no segundo turno; pesquisa também mostra Gracinha Caiado à frente na corrida ao Senado

## Da Redação

O vice-governador Daniel Vilela (MDB) aparece na liderança para o governo de Goiás nas eleições de 2026, segundo pesquisa Goiás Pesquisas/Mais Goiás realizada em 1º e 2 de dezembro e divulgada nesta quinta-feira (4/12). Daniel, que assumirá o governo em abril de 2026 com a saída de Ronaldo Caiado (União Brasil) para disputar a Presidência da República, registra 27,8% das intenções de voto. Em segundo lugar está o ex-governador Marconi Perillo (PSDB), com 15,2%.

Na sequência, o senador Wilder Moraes (PL) aparece com 10,4%, seguido pela deputada federal Adriana Accorsi (PT), que

soma 9,3%. Telêmaco Brandão (Novo) registra 0,9%. Brancos e nulos representam 9,6%, enquanto 26,7% dos entrevistados não sabem em quem votar.

Os números mantêm o cenário estável em relação à última rodada, realizada em fevereiro. Daniel tinha 26,12% e agora cresceu para 27,8%. Marconi oscilou de 16,75% para 15,2%. Adriana e Wilder invertem posições dentro da margem de erro: ela tinha 11,37% e ele 9,87%; agora, Wilder aparece com 10,4% e Adriana com 9,3%.

Telêmaco não havia sido incluído no levantamento anterior.

A pesquisa também aferiu rejeição dos candidatos. Adriana Accorsi lidera com 31,9%. Em seguida aparece Marconi Perillo, com 29,3%. Daniel Vilela tem 10,2%, e Wilder Moraes, 6,8%. Outros 8,8% afirmam rejeitar todos os nomes e 8,2% dizem não rejeitar nenhum.

**SENADO: GRACINHA CAIADO LIDERA OS DOIS VOTOS**

A disputa ao Senado também

foi medida pelo instituto. No primeiro voto, Gracinha Caiado (União Brasil) aparece em primeiro lugar, com 29,3%. Gustavo Gayer (PL) registra 22%. Vanderlan Cardoso (PSD) soma 9,1%, seguido por Gustavo Mendanha (PSD), com 8,4%, Zacharias Calil (União Brasil), com 5,6%, Jorge Kajuru (PSB), com 5,1%, e Rubens Otoni (PT), com 4,2%. Brancos e nulos representam 4,3%, e 12% não souberam responder.

No segundo voto, Gracinha mantém a liderança com 27,3%. Em seguida estão Gayer (14,9%), Mendanha (12,2%) e Vanderlan (12,1%), com empate técnico dentro da margem de erro. Depois aparecem Calil (7,5%), Kajuru (6%) e Otoni (3,7%). Brancos e nulos somam 4,5% e 11,8% não responderam. Na soma dos dois votos, Gracinha totaliza 56,6%. Gayer aparece com 36,9%, Vanderlan com 21,3% e Mendanha com 20,7%. Também surgem Calil (13,1%), Kajuru (11%) e Otoni (7,8%).

**SEGUNDO TURNO: DANIEL VENCERIA MARCONI COM AMPLA VANTAGEM**

O levantamento aponta que, em um eventual segundo turno entre Daniel Vilela e Marconi Perillo, o emedebista venceria com folga. Daniel soma 49,4% das intenções de voto, contra 29,3% do tucano — uma diferen-

ça de 20,1 pontos percentuais.

O cenário reforça a posição de favorito do emedebista, que também lidera o primeiro turno com 27,8%. Marconi registra 15,2%, seguido por Wilder Moraes (PL), com 10,4%; Adriana Accorsi (PT), com 9,3%; e Telêmaco Brandão (Novo), com 0,9%. Brancos e nulos alcançam 9,6%, e 26,7% dos entrevistados ainda não decidiram o voto.

A vantagem de Daniel se conecta ao seu baixo índice de rejeição. O emedebista marca 10,2%, o menor entre os nomes avaliados. Marconi atinge 29,3%, e Adriana lidera o indicador com 31,9%. Já Wilder registra queda na rejeição, passando de 10,57% em fevereiro para 6,8% em dezembro. A aprovação elevada do governo Ronaldo Caiado (União Brasil) também influencia o quadro eleitoral. Segundo o levantamento, 77,2% dos goianos aprovam a gestão estadual, e 69,6% consideram importante sua continuidade em 2026.

A pesquisa, encomendada pelo Mais Goiás ao Instituto Goiás Pesquisas, ouviu 1.007 eleitores de 16 anos ou mais em 76 municípios. As entrevistas foram realizadas entre 1º e 2 de dezembro, por URA (unidade de resposta audível). A margem de erro é de 3,1 pontos percentuais, com índice de confiança de 95%.

## INVESTIMENTOS

## Caiado e Gracinha destacam avanços da agricultura familiar na edição Agro é Social em Anápolis

Rômulo Carvalho

O governador Ronaldo Caiado e a coordenadora do Goiás Social, primeira-dama Gracinha Caiado, participaram na sexta-feira (5/12), em Anápolis, do encerramento de mais uma edição do Agro é Social, que beneficiou os 28 municípios da Regional Rio das Antas. O programa, que integra as ações do Goiás Social, promove desenvolvimento regional, empreendedorismo rural, inclusão produtiva e geração de emprego e renda. Nesta edição, foram 1.233 produtores capacitados, 991 cartões entregues e R\$ 4,9 milhões investidos pelo Governo de Goiás.

Durante o evento, Caiado destacou sua ligação com o setor rural e lembrou como encontrou a estrutura da agricultura goiana ao assumir o

governo. "Não é de um dia para a noite, mas é o passo a passo, levando a mão forte do governo para as pessoas. Para que elas saibam que a mão do Estado está ali para ajudar. Esse é o novo momento da Emater", afirmou, ao destacar o investimento em qualificação e acompanhamento das famílias rurais.

O governador também reforçou o compromisso do estado com os pequenos produtores, citando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e novas iniciativas.

A primeira-dama Gracinha Caiado ressaltou o impacto social do programa e os resultados alcançados. "O Agro Social traz um impacto muito grande para as famílias. Ele oferece qualificação, oportunidade e ferramentas para



**Caiado e Gracinha encerram edição do Agro é Social em Anápolis na sexta-feira**

que as pessoas mudem o rumo de suas vidas. Em um estado que é o terceiro maior produtor de grãos do Brasil, mostramos que o pequeno

produtor e a agricultura familiar também fazem parte do agro goiano", afirmou.

A solenidade também contemplou ações do Agro é Social

Jovem, que entregou, em parceria com o Colégio Tecnológico do Estado de Goiás (Cotec), 72 cartões do Crédito Social e destinou R\$ 350 mil para incentivar projetos produtivos entre jovens da região.

**PREMIAÇÃO**

Durante a solenidade, Caiado, Gracinha e Daniel fizeram a entrega do Prêmio Goiás Agro, que reconhece prefeituras com iniciativas de destaque em sustentabilidade, assistência técnica, infraestrutura rural e inclusão produtiva. Entre os municípios vencedores estão Abadiânia, Aparecida de Goiânia, Caturai, Cristinápolis, Formosa, Goiás, Iaciara, Itumbiara, Mambai, Nerópolis, Rio Verde, Silvânia e Urutai.

# PODER

## LOA

# Bancada goiana apresenta R\$ 5,5 bilhões em emendas ao Orçamento de 2026

Deputados e senadores incluem obras como Anel Viário de Goiânia, ponte de Itumbiara, ferrovia Luziânia-Brasília e reforço à saúde, além das emendas individuais

Lucas de Godoi

A bancada federal de Goiás apresentou R\$ 5,56 bilhões em emendas ao Orçamento de 2026, combinando emendas de bancada, de comissão e 201 emendas individuais, que somam R\$ 906,3 milhões. O desenho final mostra que os parlamentares elegeram para o ano eleitoral um conjunto fixo de eixos de investimento, sobretudo em infraestrutura, saúde e segurança pública.

Mesmo organizadas por áreas, boa parte das emendas que forem contempladas no orçamento podem ser executadas como emendas PIX a municípios, sem convênio e com liberdade de uso, sobretudo, no caso das individuais. Em ano eleitoral, essas verbas ganham mais peso político.

Neste contexto, o Governo Federal precisou selar um acordo com o Congresso, em que terá de liberar 65% das emendas individuais antes do período eleitoral, a partir de julho. A negociação possibilitou o avanço da tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com

Divulgação



**Recursos ainda devem ser contemplados na LDO, em tramitação após longa disputa política**

isso, prefeitos goianos receberão a maior parte dos recursos no primeiro semestre, o que poderá ser usado politicamente em 2026.

### GRANDES PROJETOS

As 11 emendas de bancada elegeram grandes obras rodoviárias e logísticas, projetos estruturantes na área de saúde, ampliação da rede socioassistencial e investimentos federais em segurança pública.

Para Goiânia, foi incluído o Anel Viário da Região Metropolitana da capital, que aparece como Contorno Rodoviário de Goiânia, na BR-153, com orçamento de R\$ 306 milhões e é tratada como uma das obras estruturantes mais relevantes para a mobilidade e o escoamento da produção no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília.

No final de novembro, um grupo de prefeitos, incluindo o da capital, Sandro Mabel (UB), se reuniu com a bancada para tratar da aprovação do novo traçado da obra, que

deverá ter mais de 40 quilômetros e vai abarcar os municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Hidrolândia.

### SAÚDE

A saúde concentra a maior fatia do pacote, com um conjunto de emendas para o custeio e a estruturação da rede hospitalar e ambulatorial que soma R\$ 1,47 bilhão.

Os recursos objetivam reforçar serviços que vão desde a manutenção de contratos até a compra de equipamentos para unidades regionais.

Além disso, a Atenção Primária à Saúde, base do atendimento municipal, recebeu indicação de R\$ 403,8 milhões, que poderão ser destinados pelos parlamentares aos municípios goianos.

### INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Na área de infraestrutura, deputados e senadores reservaram R\$ 300,4 milhões para

a construção da ponte sobre o Rio Paranaíba, entre Itumbiara e Minas Gerais, obra considerada essencial para melhorar a ligação interestadual e reduzir gargalos logísticos na divisa entre os dois estados.

No campo da mobilidade, o funcionamento dos sistemas de transporte ferroviário urbano também entrou no pacote, com R\$ 302,5 milhões voltados ao eixo Luziânia-Brasília, um dos trechos mais aguardados pela população do Entorno e considerado essencial para aliviar o trânsito rodoviário diário rumo ao Distrito Federal.

### SEGURANÇA PÚBLICA

Na área de segurança pública, a bancada destinou R\$ 306,6 milhões para a construção e ampliação de unidades operacionais e administrativas da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Goiás. O reforço busca modernizar estruturas no estado e ampliar a capacidade de atendimento em trechos

estratégicos.

Embora a PRF tenha se mudado em 2021 para o prédio atual no Setor Marista, um imóvel alugado, a corporação possui uma área própria nas imediações da Goinfra e do CORA, onde pretende instalar sua sede definitiva. O espaço já recebeu obras iniciais de cercamento, mas a construção do novo complexo ainda depende dos recursos previstos nas emendas.

### AGENDA SOCIAL

No campo social, a bancada separou R\$ 331,3 milhões para o fortalecimento do SUAS, sobretudo para a compra de equipamentos e a estruturação física de unidades socioassistenciais.

Também foram destinados R\$ 325 milhões para a subvenção econômica destinada à ampliação do acesso ao financiamento habitacional, medida que deve apoiar famílias de baixa renda e impulsionar o setor da construção civil.

### DISPUTA POLÍTICA

A destinação de recursos, no entanto, ainda depende do avanço do Orçamento de 2026, em tramitação no Congresso. Após meses de atraso, a Comissão Mista de Orçamento votou a LDO na última quarta-feira (4) e destravou a elaboração da LOA, num ambiente de forte tensão entre governo e parlamentares.

Enquanto o governo busca preservar o arcabouço fiscal, bancadas pressionam para manter recursos direcionados às bases e consolidar o fundo eleitoral, o que faz com que todas as destinações previstas ainda estejam sujeitas a ajustes nas negociações das próximas semanas.

# Máquinas pesadas devem custar R\$ 376 milhões por meio da Codevasf

A Codevasf, estatal federal responsável por projetos de desenvolvimento regional e infraestrutura hídrica, recebeu destaque no conjunto de emendas, com R\$ 376,4 milhões indicados à compra de máquinas pesadas, tratores e equipamentos para pro-

jetos de desenvolvimento sustentável e para a estruturação de municípios goianos.

Na prática, esse tipo de destinação abastece prefeituras com patrulas, retroscavadeiras, caminhões e implementos agrícolas usados na recuperação de estradas vici-

nais, abertura de vias rurais e apoio direto ao agro familiar e empresarial.

### ESCÂNDALOS

Nos últimos anos, a aquisição de maquinário pela Codevasf foi questionada após auditorias da Controladoria-

Geral da União (CGU) e reportagens de veículos de imprensa apontarem risco de sobrepreço, baixa transparência em licitações e falta de critérios uniformes na distribuição de equipamentos financiados por emendas parlamentares.

Segundo a CNN Brasil, a

Codevasf passou a ser controlada politicamente pelo Centrão desde o governo Jair Bolsonaro (PL), estrutura que se manteve no governo Lula (PT) e cuja direção segue sendo objeto de negociação entre partidos e líderes do Congresso.

## ANÁPOLIS

# Embates entre base e oposição protagonizam semana na Câmara

Alyne Laís



O líder do prefeito na Câmara Municipal de Anápolis, vereador Jean Carlos (PL)

Sessões marcadas por discursos acalorados expõem polarização entre vereadores e deixam em segundo plano debates práticos para o cidadão

## Carlos Nathan Sampaio

Embora os embates políticos no âmbito legislativo, como na Câmara de Deputados, assembleias legislativas ou câmaras municipais, sejam importantes e, acima de tudo, essenciais para as transformações da sociedade, às vezes, para não dizer quase sempre, os discursos se limitam a brigas entre lados partidários. E foi esse o tom na Câmara Municipal de Anápolis em todas as sessões desta semana: oposição e base em discussões que não pareceram render frutos para o principal interessado na melhora do município, o cidadão anapolino.

Pode-se dizer que, sempre que a oposição vinha com uma problemática, a base já estava pronta para rebater, sem se mostrar tão interessada na crítica, falando sobre o que de bom tem sido feito pelo Executivo atual no município. Na segunda-feira (1º), a Saúde ficou no centro da tensão. Na que foi a primeira sessão de dezembro, o debate sobre a saúde pública dividiu novamente os vereadores. Jakson Charles (PSB)

defendeu o Sistema Único de Saúde e afirmou que falhas acontecem tanto na rede pública quanto na particular. Sua fala foi uma resposta direta ao vereador Domingos Paula (PDT), que momentos antes havia apresentado o áudio de um casal que perdeu um bebê durante a gestação, denunciando falha no atendimento médico.

Jakson classificou o caso como erro individual do profissional de saúde, não como reflexo da gestão municipal. “A UPA está aberta 24 horas por dia e problemas nós teremos sempre. O que não podemos é deixar de resolver”, pontuou.

Na outra ponta, o vereador José Fernandes (MDB) defendeu veementemente o Executivo, apresentando números que, segundo ele, demonstram avanços. Destacou o desempenho da UPA

Alair Maфра, que já atingiu 80% da meta anual de atendimentos em apenas seis meses. Também mencionou melhorias na UPA Pediátrica, onde a resolutividade teria ultrapassado 90% após ampliação do atendimento.

O embate resumiu o tom da semana: oposição denunciando problemas estruturais e casos pontuais, enquanto a base rebatia com dados e defesas da atual gestão.

Na terça-feira (2), o clima voltou a ser de confronto. Rimet Jules (PT) criticou duramente o atraso nos repasses às comunidades terapêuticas conveniadas com o município. Segundo o parlamentar, algumas instituições acumulam até oito meses de atraso em pagamentos de R\$ 6,5 mil mensais. Ele classificou como “indignante” que entidades responsáveis pela recuperação de dependentes

químicos estejam sem recursos básicos.

Rimet também afirmou que o prefeito estaria usando as instituições como cenário para vídeos promocionais, enquanto elas enfrentam dificuldades para comprar alimentos. A fala acendeu reações.

Wederson Lopes (UB), da base, buscou amenizar — mas também politizou a resposta. Ele afirmou ter destinado 100% de suas emendas para o Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas e fez duras críticas a portarias do Governo Federal que, segundo ele, fragilizam juridicamente as comunidades terapêuticas.

O debate se estendeu a outros temas. Domingos Paula (PDT) mencionou a falta de eventos natalinos nos bairros e distritos. Fez referência à gestão passada

ao falar em “Natal sem coração”, reclamando que famílias carentes não conseguem arcar com deslocamento ao Centro para as festividades.

Rapidamente, Jean Carlos (PL), líder do governo, assumiu a tribuna para rebater. Acusou a gestão anterior de negligência na saúde e afirmou que a programação atual foi viabilizada por parcerias privadas. Também contestou o atraso no repasse às comunidades terapêuticas, dizendo que não havia oito meses de débito e culpando o estrangulamento financeiro da administração.

Na quarta-feira (3) também não faltou embates. Rimet Jules voltou à tribuna, agora para criticar a falta de valorização dos servidores municipais, alegando que mais de uma década sem concursos e a terceirização de serviços prejudicam o atendimento público. O vereador afirmou que a rotatividade dos profissionais terceirizados compromete a continuidade dos serviços, especialmente na saúde.

Rimet ainda cobrou o pagamento do retroativo da data-base, acusou o prefeito de tratar servidores de forma desigual e lembrou de promessas não cumpridas, como o concurso público e a reestruturação das carreiras.

Jean Carlos novamente foi à tribuna em nome da base. Disse que o concurso público não foi realizado porque o município não tem margem orçamentária para ampliar gastos com pessoal. Defendeu a postura “dinâmica” do prefeito e afirmou que a gestão busca equilíbrio fiscal antes de assumir novos compromissos permanentes.

## Projeto aprovado: câmeras obrigatórias em bares e distribuidoras

Apesar da semana tensa, um projeto avançou de forma consensual. Em primeira votação, a Câmara aprovou o PL nº 142/2025, que obriga bares, distribuidoras, supermercados, postos de combustíveis e boates a instalarem câmeras de segurança. A proposta prevê monitoramento em pontos

estratégicos, gravação mínima de 60 dias e boa qualidade de imagem.

O autor, Rimet Jules, afirmou que a medida atende a recomendações do Grupo de Investigação de Homicídios e que as imagens poderão auxiliar nas investigações. A CCJR retirou o prazo de 180 dias para adequação e a

multa inicial, mas o texto principal foi aprovado por unanimidade.

Agora, se a proposta for aprovada em segunda votação e sancionada, será exigência para concessão e renovação de alvarás.

A série de embates entre base e oposição mostrou uma Câmara polarizada, com

discursos que frequentemente ultrapassaram divergências ideológicas e adotaram tom eleitoral. Embora temas relevantes tenham sido debatidos — saúde, assistência social, políticas sobre drogas e valorização dos servidores —, o conteúdo muitas vezes se perdeu em trocas de acusações.

Vale lembrar que, neste mês de dezembro, os vereadores têm apenas seis sessões, ou seja, metade já aconteceu nesta semana em meio aos embates. Agora, faltam apenas mais três sessões para que, então, os parlamentares possam desfrutar do recesso e retornar apenas em 2026.

# ESPORTE



## Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

### Dois anos de um estatuto que não deu certo

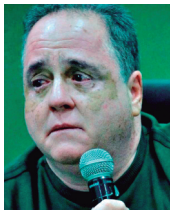
“Essas mudanças representam um passo importante na modernização da gestão do Goiás Esporte Clube, nos levando para um caminho de melhores práticas de administração desportiva e promovendo uma governança mais transparente e eficaz. A inclusão de aspectos ligados à transformação em SAF também foi um grande avanço”. Essas foram as palavras de Edminho Pinheiro, então presidente do Conselho Deliberativo do Goiás, um dos principais responsáveis pela implantação do novo Estatuto. Mas na prática, a história não era bem essa.

Com a alteração no Estatuto, o cargo de Presidente Executivo foi suprimido. O Goiás passou a ser comandado por um Conselho de Administração, seguindo modelo empresarial. O Conselho de Administração passou a ser formado por cinco membros, sendo três conselheiros não remunerados, eleitos via votação, e dois profissionais remunerados, contratados por uma empresa especializada em headhunter. Dentro dessa estrutura, o Presidente do Conselho de Administração seria o diretor estatutário, representando o Goiás em suas relações institucionais.

De acordo com o novo Estatuto, a gestão cotidiana da agremiação ficaria a cargo da Diretoria Executiva, composta por até cinco membros, sendo um diretor de futebol, um diretor administrativo, financeiro e de operações, um diretor de patrimônio, marketing e novos negócios e um diretor de esporte olímpicos, paralímpicos, iniciação esportiva e social. Todos respondendo diretamente ao diretor Executivo (CEO). Tudo muito bonito, mas não funcionou.



Serrinha inacabada. Sinal de que nada avançou no Goiás



Edminho, modernização e transparência que ninguém viu

### Fim da oposição

Nos bastidores, o que se sabe é que Edminho Pinheiro pretendia na verdade dificultar ou impedir que alguns dirigentes do passado voltassem a comandar o Goiás. Especialmente Raimundo Queiroz, seu desafeto maior, mas também o Dr. Sergio Rassi, o Dr. Syd de Oliveira e todos que se declararam oposição à continuidade da família Pinheiro à frente do Goiás Esporte Clube. Sobre Raimundo Queiroz, foram imputadas inúmeras e graves acusações que se transformaram em processos policiais. Raimundo Queiroz se defendeu de todas as acusações e provou sua inocência em todos eles.

A verdade é que a modernização, a transparência e a SAF não aconteceram. Em campo, o time esmeraldino ganhou apenas a desacreditada Copa Verde, mas não ganhou o campeonato goiano e muito menos conquistou o acesso à Série A, sonho maior do torcedor esmeraldino. Edminho Pinheiro se desentendeu com o primo Paulo Rogério Pinheiro, então Presidente Executivo do Clube, e pediu demissão do cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Paulo Rogério saiu desgastado da Presidência e se afastou por um tempo, voltando depois como Presidente eleito do Conselho Deliberativo, onde desempenha um papel apagadíssimo, frequenta muito pouco o Clube e não aparece para dar satisfação ao torcedor sobre os momentos ruins da equipe nas competições e as perspectivas para o futuro.

Hoje o Goiás praticamente não tem oposição. Existem ex-dirigentes que apa-

recem nas vésperas das eleições, mas sequer conseguem registrar uma chapa oposicionista para disputar o pleito. Desde os tempos de Hailé Pinheiro, foram implantadas regras eleitorais que não permitem o registro de duas chapas, com isto, ao registrar a chapa situacionista, não sobram associados com direito a voto em número suficiente para registrar uma segunda chapa. A chapa situacionista ganha sempre.

2025 foi mais um ano de fracasso, o segundo com o novo Estatuto em vigor. A torcida não admite mais um ano sem ganhar o campeonato estadual e muito menos outra participação na série B, além desta que se aproxima em 2026. E os atuais gestores (ninguém sabe quem manda), estão com uma “batata quente” nas mãos. Precisam montar um elenco competitivo para conquistar os objetivos para o próximo ano, mas não terão dinheiro suficiente para tal. No final deste ano, buscaram no mercado financeiro um empréstimo de R\$ 25 milhões para fechar as contas do ano e iniciar as competições de 2026. E depois, como será?

O atual Estatuto precisa ser revogado, o Goiás tem que voltar a ter um presidente Executivo. Alguém que responda pelo Clube, que atenda à imprensa no cotidiano, que represente a agremiação nas entidades do futebol local, nacional e até internacional. Que faça o Goiás ser respeitado novamente, como já o fora em outras épocas. O Goiás é do Serra Dourada, não dessa Serrinha inacabada. O torcedor não suporta mais tanta humilhação.

## DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS CADA VEZ MAIS PERTO DE VOCÊ.

### SERVIÇOS GRATUITOS | ATENDIMENTO DIRETO | SEM BUROCRACIA

A **Assembleia Legislativa de Goiás** está presente em todo o Estado com o programa **Deputados Aqui**. Uma estrutura completa, em parcerias com diversos órgãos e instituições, para levar atendimento gratuito e de qualidade até a sua cidade.

- ✓ Consultas gratuitas, emissão de documentos e serviços de castração de pets
- ✓ Participe de audiências públicas e sessões solenes
- ✓ Converse frente a frente com seus deputados estaduais



**QUER SABER MAIS?**  
ACESSE E FIQUE POR  
DENTRO DE TUDO!



# ESCOLA

## COLEGIADO

### Ampliação do Fórum expõe disputa por voz e espaço nas políticas públicas da educação de Goiás

Ao derrubar veto do Governo, Alego redefine a representatividade no principal colegiado de participação social da educação, que terá papel decisivo na revisão das metas do Plano Estadual de Educação

**Dhayane Marques**

A derrubada do veto do Governo de Goiás ao projeto que amplia o colegiado do Fórum Estadual de Educação (FEE-GO) recolocou em evidência o papel histórico da instância e o impacto de sua composição na formulação das políticas públicas do setor. A proposta, de autoria da deputada Bia de Lima (PT), recebeu 24 votos contrários ao veto no plenário da Assembleia Legislativa, permitindo o avanço de uma pauta que altera diretamente a representatividade dos segmentos que integram o processo de planejamento e monitoramento da educação no Estado.

Criado pela Lei Complementar nº 26/1998, o Fórum foi instituído como órgão de articulação voltado ao estudo, à discussão e à proposição de alternativas para o desenvolvimento da educação, cultura, ciência e tecnologia. Atua como instância de consulta e cooperação entre o poder público e a sociedade civil, reunindo representantes do governo, entidades educacio-

nais, movimentos sociais, instituições acadêmicas, sindicatos e demais setores envolvidos no campo educacional.

Entre suas funções centrais, estão a articulação entre diferentes segmentos da comunidade educacional, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas e o monitoramento das metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação (PEE). O Fórum também presta suporte técnico aos Fóruns Municipais e participa da construção de diretrizes voltadas à democratização do sistema educativo, funcionando como elo entre demandas sociais e ações governamentais.

A ampliação do colegiado modifica diretamente a composição dessa estrutura, permitindo a entrada de novos representantes e ampliando o alcance das discussões conduzidas pelo Fórum. Segundo a autora do projeto, a mudança fortalece a pluralidade institucional e aperfeiçoa a construção das políticas educacionais. "Sou membro do Fórum há muitos anos e conheço a importância de acolher e ampliar a representação das entidades nesse debate", afirmou a deputada Bia de Lima. Para ela, a alteração contribui para "propostas e soluções plúrais para o desenvolvimento da educação em Goiás".

A parlamentar destacou que o projeto havia sido apresentado no início de seu mandato, mas teve veto integral da Governadoria. Após articulação com o líder do Governo e com a Presidência da Assembleia, o tema voltou à pauta do plenário, resultando na derrubada do veto. Com isso, caberá ao próprio Fórum solicitar às entidades as indicações para a nova composição e encaminhar ao Governo o pedido de atualização do decreto que regulamenta a participação no colegiado.

### O que é o Fórum Estadual de Educação e por que sua composição importa

O Fórum Estadual de Educação (FEE) ganhou maior relevância a partir da instituição do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, que orientou estados e municípios a criarem e revisarem seus respectivos planos decenais. Em Goiás, o Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado em 2015, atribuiu explicitamente ao Fórum a função de acompanhar e avaliar o

cumprimento das metas. Essa atuação envolve diagnóstico contínuo, análise de indicadores, produção de relatórios e participação nas discussões que orientam as políticas públicas.

A composição do colegiado é considerada um elemento estratégico. A presença de universidades, entidades científicas, fóruns temáticos, sindicatos, estudantes e representantes do ensino



**Alego aprovou a entrada de novos representantes, fortalecendo pluralidade institucional e diversidade de vozes no colegiado**

#### SAIBA MAIS

Com a ampliação aprovada pela Assembleia Legislativa, passam a compor o FEE-GO::

- ✓ União Estadual de Estudantes (UEE)
- ✓ União Goiana de Estudantes Secundaristas (UGES)
- ✓ Universidade Estadual de Goiás (UEG)
- ✓ Universidade Federal de Goiás (UFG)
- ✓ Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)
- ✓ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) – Regional Goiás Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia Instituto Federal de Goiás (IFG)
- ✓ Instituto Federal Goiano (IF Goiano)
- ✓ Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope)
- ✓ Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos Fórum Goiano de Educação Infantil Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae)
- ✓ Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg)
- ✓ Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Goiás (Sinepe)
- ✓ Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Goiás (Sepe)
- ✓ Universidade Federal de Jataí (UFJ)
- ✓ Universidade Federal de Catalão (UFCat)
- ✓ Comando de Ensino da Polícia Militar

A reportagem solicitou posicionamento da Secretaria de Estadual de Educação de Goiás (Seduc) sobre os motivos do veto, o entendimento da pasta quanto à ampliação da representação e os próximos passos após a decisão do Legislativo. Até o fechamento desta edição, não houve resposta.

A recomposição do Fórum ocorre em momento estratégico

para o planejamento educacional, uma vez que o ciclo do Plano Estadual de Educação se aproxima do término em 2025. O funcionamento, a representatividade e a capacidade de articulação do FEE terão influência direta na avaliação das metas vigentes e na elaboração das diretrizes que nortearão o próximo período da política educacional em Goiás.

## Novo regimento redefine atuação do CNE

Após 26 anos sem revisões estruturais, o Conselho Nacional de Educação atualizou seu Regimento Interno por meio da Resolução CNE/CP nº 1/2025, publicada no Diário Oficial da União nesta sexta-feira, 5 de dezembro. O novo texto reorganiza atribuições, procedimentos e critérios de atuação dos conselheiros, incorporando normas mais detalhadas sobre funcionamento das câmaras, participação nas reuniões e limites para presença remota, agora permitida apenas em caráter excepcional e restrita a quatro ocasiões ao ano.

A atualização também reforça mecanismos de integridade e prevenção de conflitos de interesse. As regras de impedimento e suspeição foram ampliadas e passaram a alcançar não só conselheiros, mas servidores, terceirizados e demais participantes dos processos, incluindo situações envolvendo cônjuge e parentes até o terceiro grau. O regimento define ainda prazos preferenciais para relato de processos, institui a Análise de Impacto Regulatório nas propostas de resolução e regulamenta a criação e o funcionamento das comissões, com prazo máximo de seis meses, prorrogável por igual período. A participação do secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior nas reuniões da Câmara de Educação Superior foi autorizada, sem direito a voto.

No fluxo decisório, o documento formaliza o sorteio público para designação de relatorias, admite relato em bloco em casos específicos e institucionaliza o pedido de vista. No campo recursal, o regimento passa a permitir a concessão de efeito suspensivo quando houver risco de dano grave, assegurando também a manifestação prévia do recorrente em situações de possível agravamento. Com esse conjunto de medidas, o CNE busca fortalecer a transparência, padronizar procedimentos e aprimorar a eficiência administrativa, alinhando sua atuação às demandas contemporâneas da educação básica e superior no país.